



MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE FINANÇAS

Requerimento de Reconhecimento da Imunidade Tributária
IPTU

Ilustríssimo Senhor Secretário de Finanças do Município de Osasco,

Dados do Requerente

Nome/Razão Social:

CPF/CNPJ:

Tel Fixo

Celular

Endereço

Número

Complemento

Bairro:

Cidade

U.F.

CEP

E-mail

Identificação do Procurador () requerente () procurador

Nome:

CPF/CNPJ

Telefone Fixo

Telefone Celular

Endereço

Complemento

Bairro:

Cidade

U.F.

CEP

E-mail

Finalidades Essenciais

() Educação () Assistência Social () Templo () Outros: _____

Dados do Pedido

Blank area for providing details of the request, consisting of multiple horizontal lines.

Nestes termos, pede deferimento.

Osasco, ____ de _____ de _____.

Recepcionado e conferido por:

(atendente)

Requerente (representante legal ou procurador)



MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE FINANÇAS

Requerimento de Reconhecimento da Imunidade Tributária
 IPTU

O interessado deverá **agendar** previamente dia e hora, no portal 156 ou pelo telefone 3652-7080, para protocolar os documentos na Praça de Atendimento da Secretaria de Finanças, situado na Rua Narciso Sturlini, 201 – Jd Bussocaba. As comunicações serão realizadas por meio de via postal, ou ainda por publicação no Diário Oficial, conforme determina a Lei Complementar 139/2005.

O pedido deverá ser instruído com todos os documentos relacionados a correspondente finalidade essencial, conforme segue abaixo:

- ✓ **Educação, assistência social e outros:** itens 01 a 17;
- ✓ **Templo:** itens 01 a 08 e 11

Documentos Necessários

1. Requerimento preenchido e assinada pelo representante legal da entidade ou seu procurador, quando for o caso;
2. Relação de imóvel(is) a ser beneficiado, Anexo I, preenchido e assinado pelo representante legal da entidade ou seu procurador;
3. Procuração com firma reconhecida do outorgante, quando for o caso;
4. Cópia Simples do RG e CPF do representante legal da entidade ou seu procurador, quando for o caso;
5. Comprovante de endereço atualizado e com CEP da entidade;
6. Cópia simples do Estatuto Social da entidade;
7. Cópia simples da Ata de Assembleia de Eleição da última diretoria;
8. Cópia simples Cartão Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
9. Cópia simples do Decreto de reconhecimento de utilidade pública da entidade, quando for o caso;
10. Cópia Simples do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, instituído pela Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;
11. Documentação comprobatória da inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS;
12. Cópia do título de propriedade atualizado do imóvel;
13. Arquivo eletrônico, em formato PDF, contendo a Escrituração Contábil Fiscal completa dos últimos cinco exercícios;
14. Arquivo eletrônico, em formato PDF, do Balanço Patrimonial dos últimos cinco exercícios;
15. Arquivo eletrônico, em formato PDF, da Demonstração do *superavit* ou *deficit*;
16. Demonstração das Mutações de Patrimônio Líquido;
17. Demonstração do Fundo de Caixa;
18. Comprovante de recolhimento da taxa de expediente de 13 UFMO.

Importante:

- ✓ **A não apresentação dos documentos necessários implicará no ARQUIVAMENTO do processo, sem a apreciação do pedido.**



MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE FINANÇAS

Requerimento de Reconhecimento da Imunidade Tributária
 IPTU

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- ✓ Outros documentos poderão ser solicitados pela fiscalização, quando da análise do processo.
- ✓

ANEXO I

Dados do imóvel

| | | |
|--|--|----------------------------------|
| | | Matrícula do Registro de Imóveis |
|--|--|----------------------------------|



MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA DE FINANÇAS

Requerimento de Reconhecimento da Imunidade Tributária
 IPTU

| CDC | Endereço (completo) | Cartório | Nº Matrícula |
|-----|---------------------|----------|--------------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Para fazer jus ao reconhecimento da imunidade tributária, declaramos que os imóveis da entidade estão sendo utilizados para suas finalidades essenciais.

Declaramos, também, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e que são conhecidas as penalidades previstas no art. 299 do Código Penal, no art. 1º da Lei Federal nº 8.137 de 27 de dezembro de 1990, e no art. 3º da Lei Municipal nº 13.879, de 28 de julho de 2004.

Osasco, ____ de _____ de _____.

Requerente (representante legal ou procurador)

Recepcionado e conferido por:

(atendente)